



VIOLÊNCIA

Eleitores temem ataque por motivação política

Seis em cada 10 evitam manifestar posições para não serem agredidos, segundo pesquisa do Fórum de Segurança Pública

» IAGO MAC CORD

Miguel Schincariol/AFP



Petista e bolsonarista se estranham na campanha de 2022. Pesquisa detectou que tensão política continua tão alta quanto quatro anos atrás

Seis em cada 10 brasileiros afirmam ter medo de agressão física devido às posições políticas que têm. É o que mostra a pesquisa *Medo do Crime e Eleições 2026: Os Gatilhos da Insegurança*, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Datafolha. Divulgada ontem, a sondagem aponta para a continuação do ambiente de tensão semelhante ao da disputa presidencial de 2022.

No levantamento, 59,6% dos entrevistados disseram temer serem agredidos fisicamente pela escolha política ou partidária — em 2022 o índice era 68%. Isso indica, segundo o Fórum, que há uma acomodação em patamar elevado do medo da violência. O contexto eleitoral de 2022 é descrito como “marcado por episódios de violência política, discursos de confronto e dúvidas lançadas sobre o próprio processo eleitoral”.

A pesquisa mostra que 2,2% dos entrevistados relataram ter sofrido violência política nos últimos 12 meses. Isso que corresponde a cerca de 3,6 milhões de brasileiros.

Entre as mulheres, o medo da agressão com motivação política chega a 65%, enquanto entre os homens é de 53%. A preocupação é maior entre pessoas das classes D e E (64,2%), acima da classe C (58,9%) e das classes A e B (54,9%).

A pesquisa conclui que, para as eleições de outubro, a segurança pública não é apenas um tema de debate, mas o critério que reorganiza a vida, o consumo e a circulação do eleitor. “A percepção de que certos territórios já operam sob regras próprias mostra que a insegurança não se resume ao risco de sofrer um delito, mas inclui a sensação de viver em contextos nos quais o poder de regular a vida local está em disputa entre o Estado e o crime”, sintetiza o estudo.

Crime organizado

Isso leva 77% das pessoas a classificar o crime organizado como um problema nacional. Daí porque a pesquisa aponta que o medo está relacionado à presença de facções e milícias. Entre 41% dos entrevistados com 16 anos ou mais — cerca de 68,7 milhões de pessoas — que afirmaram viver em bairros onde há presença dessas organizações criminosas, 59,5% disseram evitar

Manifestações de pavor

À pesquisa, os entrevistados tinham que responder de quais das 13 opções apresentadas tinham mais medo:

- » Ser vítima de agressão física pelo seu marido/esposa/namorado (a)/parceiro (a) íntimo (a) ou ex-parceiro (a) — **42,2%** declararam ter medo;
- » Andar pela sua vizinhança depois de anoitecer — **47,6%**;
- » Ser agredido fisicamente pela sua escolha política ou partidária — **59,6%**;
- » Ter sua aliança ou outra joia arrancada em um assalto — **65,3%**;
- » Ser vítima de agressão sexual — **66,2%**;
- » Ser assassinado — **75,1%**;
- » Ter sua residência invadida ou arrombada — **76,1%**;
- » Ser vítima de “bala perdida” — **77,5%**;
- » Ser roubado ou assaltado na rua — **78,6%**;
- » Ter o celular furtado ou roubado — **78,8%**;
- » Ser morto durante um assalto — **80,7%**;
- » Ser roubado à mão armada — **82,3%**;
- » Ser vítima de um golpe e perder dinheiro pela internet ou celular — **83,2%**

falar sobre política por medo de represálias.

“O crime organizado não atua apenas pelo uso direto da força, mas pela capacidade de induzir silêncio, autocensura e restrição da

circulação. A vida social é sequestrada quando grupos armados passam a ditar as regras de quem pode entrar ou sair de determinados territórios”, observa a pesquisa, que acrescenta: “Para o debate eleitoral

de 2026, essa é uma implicação central: a segurança pública não pode ser apresentada apenas como promessa de confronto, mas como tarefa de recuperação das condições mínimas para que justiça, circulação e projeto de futuro deixem de ser condicionados pelo poder armado”.

Ainda segundo o levantamento, 96,2% da população (160,4 milhões de pessoas) declararam receio de ao menos uma situação de violência. Esse sentimento é manifestado pelo medo de golpes pela internet ou celular (83,2%), seguido pelo roubo à mão armada (82,3%) e pelo temor de morte durante um assalto (80,7%).

Tal situação forçou 57% da população a mudar de comportamento, incluindo a decisão de 33,5% dos cidadãos de deixarem de sair com o celular por medo de assaltos, índice que atinge 45,2% nas capitais. “O medo do crime no Brasil contemporâneo funciona como um mecanismo que organiza o cotidiano das pessoas. Não se trata apenas de uma sensação abstrata, mas de um clima social

persistente que molda onde as pessoas caminham, como usam seus celulares e de que forma se relacionam com o espaço público”, salienta a pesquisa.

As mulheres apresentam índices de medo mais elevados em todas as categorias, especialmente em relação à agressão sexual (82,6%). Já a população negra teme a violência letal, como o medo de “bala perdida” (80,3%) e de ser assassinado (77,4%).

Enquanto as classes A/B — com rendas mensais superiores a R\$ 8 mil — focam a preocupação no patrimônio digital e financeiro, as classes D/E — com rendas mensais de até R\$ 3,5 mil — vivem uma insegurança física e territorial, com 85% temendo roubos à mão armada e 53,4% receando agressões domésticas.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas presenciais, com 2.004 pessoas de 16 anos ou mais, em 137 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. (Com Agência Estado)

R\$ 11 bi para a segurança

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lança, hoje, o plano do governo federal para o combate ao crime organizado. Com as eleições de outubro no horizonte, serão anunciados investimentos de R\$ 11 bilhões na segurança pública, com foco na asfixia financeira e logística das facções criminosas.

O plano é cobrado por especialistas em segurança pública desde o começo do governo e tornou-se um dos pontos fracos que os bolsonaristas exploram para tentar evitar a reeleição de Lula. Segundo o ministro José Guimarães, da Secretaria de Relações Institucionais, o texto do Programa Brasil Contra o Crime Organizado será dividido nos seguintes eixos no combate às facções criminosas: 1) asfixia financeira e logística; 2) controle do sistema prisional; 3) enfrentamento ao tráfico de armas e munições; 4) retomada e proteção de territórios; e 5) redução da impunidade.

O montante destinado ao combate a crime organizado será dividido entre R\$ 1 bilhão oriundo da União e os outros R\$ 10 bilhões via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as unidades da Federação investirem em ações de inteligência, fiscalização e enfrentamento do crime organizado. O programa exigirá a adesão de estados e Distrito Federal para acesso aos recursos.

O Palácio do Planalto decidiu acelerar o programa depois da ameaça do governo do presidente Donald Trump em enquadrar do Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho como organizações terroristas com potencial de ameaça aos interesses dos Estados Unidos. Uma vez nessa lista, isso possibilitaria aos norte-americanos executarem ações militares de combate a essas organizações em territórios de outras nações. Se o PCC e o CV forem classificados como terroristas, os EUA poderiam colocar o Brasil como palco de algum ataque às duas facções.

Para tentar evitar esse enquadramento, Brasil e Estados Unidos formalizaram, em 10 de abril, um acordo de cooperação contra o crime organizado, com foco no tráfico de armas e drogas.

RISCO À SAÚDE

Bolsonaristas apoiam uso de produto proibido

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, o senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG), o vice-prefeito de São Paulo, Ricardo Mello Araújo (PL), e outros políticos bolsonaristas incentivam nas redes sociais o uso de detergentes Ypê, apesar de alertas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para evitar itens da marca. Na quinta-feira, a Anvisa determinou o recolhimento de diversos produtos nos quais foram identificados falhas graves no processo de produção, com potencial risco de contaminação por microrganismos nocivos.

Os bolsonaristas sugerem que a Anvisa estaria tentando “boicotar” a marca que, em 2022, fez doações para a campanha do ex-presidente.

Em 2024, a Ypê chegou a ser condenada pela Justiça do Trabalho por fazer live a favor do político durante as eleições.

No sábado, Michelle divulgou a marca. Em seu Instagram, ela publicou uma foto de um detergente Ypê. “Que dia lindo”, escreveu.

Cleitinho também saiu em defesa da empresa. Ele publicou, no domingo, um vídeo em suas redes sociais lavando louça com um detergente Ypê e afirmando ser uma “coincidência” a suspensão de produtos da marca que doou para a campanha de Bolsonaro. E também sugere que o alerta da Anvisa seria uma ação do governo.

O vice-prefeito de São Paulo, coronel Mello Araújo, aderiu

à campanha e apareceu nas redes sociais lavando louça com um detergente da Ypê, sugerindo que seus apoiadores também usem o produto. Mas, em outro vídeo, publicado ontem, ele aparece sentando em frente a um quadro de Bolsonaro, parabenizando as pessoas que se mobilizaram para defender a Ypê, que, segundo ele, seria alvo de “injustiça”.

O empresário Luciano Hang, dono da rede de Lojas Havan e apoiador da família Bolsonaro, também entrou na ofensiva. Ele publicou um vídeo nas redes sociais, ontem, defendendo a empresa e associando o caso a uma suposta “perseguição”.

Mesmo com a campanha em

defesa da marca, a própria Ypê decidiu interromper a produção na fábrica fiscalizada pela Anvisa. A empresa obteve uma liminar para suspender os efeitos da decisão que determinou a suspensão dos produtos, mas preferiu aproveitar o período para acelerar o cumprimento das medidas exigidas pelas autoridades sanitárias.

Em nota, a Ypê afirmou que “está colaborando integralmente com a Anvisa e conduzindo todas as ações necessárias com máxima prioridade, responsabilidade e transparência. (...) E se compromete a incorporar imediatamente eventuais aprimoramentos e recomendações regulatórias da agência”.

Reprodução/Ypê



Questão de saúde pública sobre a marca foi politizada pelos bolsonaristas